



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

JACKELINE SOUZA DE AZEVEDO

**A TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA 2º VARA DA INFÂNCIA E
JUVENTUDE DO ESTADO DA PARAÍBA**

João Pessoa – PB
2011

JACKELINE SOUZA DE AZEVEDO

**A TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA 2º VARA DA INFÂNCIA E
JUVENTUDE DO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharela** em Arquivologia, no Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Francinete Fernandes de Sousa

João Pessoa – PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

A994t Azevedo, Jackeline Souza de.

A transferência da informação na 2ª vara da infância e juventude do Estado da Paraíba [manuscrito]. / Jackeline Souza de Azevedo. – 2011.

53 f. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Profa. Dra. Francinete Fernandes de Sousa, Departamento de Arquivologia”.

1. Transferência da Informação. 2. Fórum da Infância e Juventude 2ª Cartório. 3. Tribunal de Justiça. I. Título.

21. ed. CDD 025

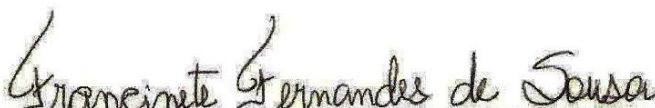
JACKELINE SOUZA DE AZEVEDO

**A TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA 2ª VARA DA INFÂNCIA E
JUVENTUDE DO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharela** em Arquivologia, no Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas.

Aprovado em 02 de dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Francinete Fernandes de Sousa / UEPB

Orientadora



Profª Ms. Eliete Correia dos Santos / UEPB

Examinadora



Profª Ms. João Irineu de França Neto - UFPB

Examinador

Dedico primeiramente a Deus, que me fez ter discernimento e a minha querida mãe que incessantemente sem olhar para traz, nem pensar no que as pessoas pudessem dizer, se anulou para me fazer conseguir chegar até essa etapa, juntamente com meu Pai que de seu jeito me ensinou também coisas boas para a vida. A minha família que me foi referência em ter determinação, aos meus verdadeiros amigos da academia, que ajudaram-me ao fim desta etapa no caminho árduo, no momento mais difícil de todos. Dedico de coração a minha querida orientadora Dra. Francinete Fernandes de Sousa não apenas por ela ser uma renomada pesquisadora, mas por me fazer entender que somos capazes de chegar a lugares onde nem mesmo podemos imaginar, até onde nossos sonhos nos guiarem.

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Agradeço verdadeiramente a Deus que me dispôs o discernimento, sabedoria, conhecimento, agilidade e visão crítica desde o ingresso na academia até o estágio, através de concurso público, podendo assim, compreender e assimilar o aprendizado para a minha futura profissão como Arquivista.

A minha querida mãe Maria de Fátima que, desde minha vinda ao mundo se anulou em meu favor, embora não deixando de fazer parte da UEPB – Guarabira, tanto como aluna, quanto funcionária a mais de 30 anos. A mesma sempre enfatizou a grande importância de uma vida de pesquisas, opiniões e leituras.

Aos meus colegas de sala de aula que ao longo de todos esses anos de convivência desde 2007, dividiram alegrias e tristezas. Aos que já estão formados como Mayara Luna; Marília Vital; Priscila Zelo; Josivan Soares, até os que infelizmente ficaram no meio da jornada. Irei sentir muita falta de todos vocês, um dia gostaria de reencontrar todos felizes e cheios de êxito em suas vidas pessoais, profissionais com muitas realizações e prosperidade.

A todos os professores que em sua área nos fizeram gostar do curso e apoiaram nos ensinando suas vivências acadêmicas.

Agradeço também, à instituição Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por ter proporcionado essa oportunidade, aos graduandos, de estagiar junto a uma organização de tamanha relevância.

Meus sinceros agradecimentos, também, à Analista Judiciária Ana Cristina Catão por toda orientação que foi concedida e supervisão ao longo do tempo de estágio, isto foi feito de maneira muito íntegra e competente, além dos funcionários Fátima Miranda assessora da Juíza, Lúcio Walter, Ivonete Miranda, Suênia, Simone - os técnicos judiciários; Hélia Maria e Gustavo os assistentes administrativos. Foi este grupo que fez enriquecer meu aprendizado, através da mútua troca de conhecimento.

Representou significativamente a participação de minha orientadora Prof. Dra^a Francinete Fernandes de Sousa. A nossa grande afinidade possibilitou a existência de uma cumplicidade com relação as minhas indagações, as quais foram explicadas de maneira clara e coerente. Desde meu ingresso na Universidade tenho muita admiração pela dedicação que ela tem em motivar os alunos nas pesquisas, monitoria entre outras coisas, em nossas reuniões ela sempre me orientou de maneira clara, objetiva e segura sobre que diretrizes seguir para a organização dos processos e documentos; sem dúvida alguma posso afirmar que cada passo

dados foi um grande aprendizado . Dessa forma, consegui por em prática tudo o que aprendi em sala de aula, e a partir da teoria apreendida sei que terei uma base sólida na vida profissional como Arquivista.

As cenas finais de Juízo revelam as consequências de uma sociedade que recomenda "juízo" a seus filhos, mas não o pratica.

Maria Augusta Ramos

RESUMO

Este trabalho constituiu o resultado de quase dois anos de observação no estágio Cartório da 2ª Vara, Fórum da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba. A partir de observação, *in loco*, dos trâmites que envolvem a gestão da informação na instituição referida, delimitamos o tema desta monografia que foi o de analisar e discutir na perspectiva da análise do discurso como se dá o processo de transferência da informação nessa vara que cuida de menores infratores. Para alcançarmos nossos objetivos lançamos mão da pesquisa qualitativa que permite através de entrevistas semi-estruturadas obter informações e analisá-las utilizando uma metodologia que advém da análise do discurso francesa. Estabelecemos assim, as categorias de análise a seguir: transferência da informação vista pelos gestores da instituição e a transferência da informação vista pelos usuários internos e externos da instituição. Delimitamos nosso *corpus*, através de 13 (treze) entrevistados, entre eles juízes, defensores de justiça, promotores de justiça, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, agente administrativos, técnicos judiciários, todos relacionados à instituição, mães e responsáveis e os próprios menores infratores. A base teórica foi composta por Orlandi (1998), Bakhtin (2004), Ribeiro (2003), Jardim (1997), Lopes (2009) entre outros. Os resultados confirmaram que não existe uma transferência da informação que atenda as necessidades dos usuários internos e externos da instituição estudada.

Palavras-chave: Transferência da Informação. Fórum da Infância e Juventude 2ª Cartório. Tribunal de Justiça.

Riassunto

Questo lavoro è il risultato di due anni di osservazioni fatte durante lo stage nel Cartório della 2° Sezione, Fórum dell'Infanzia e Gioventù del Tribunale di Giustizia della Paraíba. Partendo dall'osservazione *in loco* dei meccanismi che guidano la gestione dell'informazione nella suddetta istituzione, abbiamo delimitato il tema di questa monografia con l'intenzione di analizzare e discutere nella prospettiva dell'analisi del discorso come avviene il processo del passaggio delle informazioni in questa sezione che si occupa dei minorenni infrattori. Per raggiungere i nostri obiettivi ci siamo avvalsi della ricerca qualitativa che permette, attraverso l'uso di interviste semistrutturate, di ottenere informazioni e di analizzarle utilizzando una metodologia che proviene dall'analisi francese del discorso. Abbiamo così stabilito le seguenti categorie: il trasferimento dell'informazione nell'ottica dei gestori dell'istituzione e il trasferimento dell'informazione nell'ottica degli utenti interni e esterni dell'istituzione. Il lavoro si basa sulle testimonianze di 13 (tredici) intervistati: giudici, avvocati, pubblici ministeri, psicologi, pedagoghi, assistenti sociali, funzionari amministrativi, tecnici giudiziari, tutti legati all'istituzione, mamme e responsabili, e infine gli stessi minorenni infrattori. La base teorica fa riferimento in particolare a Orlandi (1998), Bakthin (2004,) Ribeiro (2003), Jardim (1997) e Lopes (2009). I risultati confermano che non esiste un trasferimento dell'informazione che risponda alle necessità degli utenti interni e esterni dell'istituzione presa in esame.

Parole chiave: Trasferimento dell'Informazione. Fórum dell'Infanzia e della Gioventù 2° Cartório. Tribunale di Giustizia.

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	Fluxograma da Transferência da Informação na 2ª Vara da Inf. e Juventude	32
GRÁFICO 2 -	Fluxograma da Tipologia e Tramitação da Documentação Referente aos menores Infratores	33
GRÁFICO 3 -	Organograma do Fórum da Infância e da Juventude da Capital com adaptações	52

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Números de Entrevistados	19
QUADRO 2 -	Conceito de Transferência da Informação por Socialização da Informação	25
QUADRO 3-	Fala da mãe A	38
QUADRO 4 -	Fala da mãe B	39
QUADRO 5 -	Fala da Mãe C	39
QUADRO 6 -	Fala da Mãe D	40
QUADRO 7 -	Fala do Assistente Social	41
QUADRO 8 -	Fala Funcionário A	42
QUADRO 9 -	Fala do Juiz	42
QUADRO 10-	Fala do Funcionário B	43
QUADRO 11-	Fala do Funcionário C	44
QUADRO 12-	Fala do Pedagogo	44
QUADRO 13	Fala do Psicólogo	45
QUADRO 14-	Fala do Defensor Público	45

LISTAS DE SIGLAS

AD - Análise do discurso

CAO - Centro de Atividades Ocupacionais

CE – Casa Educativa

CEA – Centro Educacional do Adolescente

CEJ – Centro Educacional do Jovem

CETA - Centro Terapêutico do Adolescente

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

COTADA- Companhia de Processamento de dados da Paraíba

CREAS - Centros de Referência Especializado da Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDAC – Fundação de Desenvolvimento da Criança e Adolescente Alice Almeida

LOJE- Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba

MP – Ministério Público

SISCOM- Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas

STJ- Supremo Tribunal de Justiça

SNA-TJPB - Sistema Normativo Administrativo

TJPB- Tribunal de Justiça da Paraíba

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O TRAJETO DA PESQUISA: situando o quê, o porquê, o como e onde encontrar resposta	16
2.1	PROBLEMATIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	18
2.2	OBJETIVOS	18
2.2.1	Objetivo Geral	18
2.2.2	Objetivos Específicos	18
2.3	UNIVERSO E AMOSTRAGEM	18
2.4	CAMPO EMPÍRICO: situando a 2ª vara da infância e juventude	20
2.5	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	24
3	REVISÃO DA LITERATURA	26
3.1	O TRIBUNAL DE JUSTIÇA: a justiça cega ou a justiça é cega?	26
3.2	A GESTÃO E A TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO PRIMEIRO PASSO PARA A GESTÃO DO II CARTÓRIO DO FÓRUM DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	30
3.3	A ANÁLISE DO DISCURSO COMO MÉTODO DE PESQUISA	35
4	ANÁLISE DOS DADOS	38
5	CONSIDERAÇÕES GERAIS	41
	REFÊRENCIAS	48
	ANEXO	52
	APÊNDICE	53

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que o Brasil está longe de ter uma política de arquivo adequada, a qual facilite a vida do cidadão. No entanto, presenciar o transtorno burocrático vivido por muitas famílias, nos fez perceber a urgência de se repensar a gestão de documentos no âmbito governamental. Neste sentido, as razões pelas quais desenvolvemos este trabalho monográfico se devem ao fato de termos estagiado, durante quase dois anos, no cartório da 2ª vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado Paraíba. Esta vivência nos proporcionou uma visão macro do que é um arquivo, possibilitando discuti-lo na perspectiva daquele que necessita da informação, como fins de prova judicial.

Com a experiência que obtivemos, em conjunto com os estudos teóricos da Universidade, verificamos que a Arquivologia pode construir um caminho de especificidades, deixando de ser apenas uma mera técnica de organização de papéis para ser a gestora da informação e do conhecimento.

Neste contexto de gestão da informação, parece-nos que não cabe mais pensarmos a história como tutora da disciplina arquivística. Assim sendo, o trabalho do arquivista não se restringe à organização do arquivo permanente, nem tampouco suas atividades são meramente técnicas. O mesmo tem necessidade de conhecimento administrativo, no entanto, numa postura moderna procura investigar as razões dos trâmites burocráticos, os porquês da falta de informação ao consulente, enfim, o seu papel é de um pesquisador da informação orgânica registrada.

Em um primeiro momento, a nossa intenção se revelava apenas no sentido de diagnosticar e propor ações para a melhoria no setor de estágio. No entanto, reflexões posteriores com a ajuda da orientadora e as releituras dos textos nos fizeram perceber que tínhamos em mãos um material rico para reflexões sobre o direito à informação do cidadão, sobretudo quando este não é de classe média ou alta. Assim, o problema da gestão documental neste trabalho foi um primeiro passo para a discussão sobre o que nos pareceu mais premente observar: a transferência da informação na 2ª Vara do Cartório da Infância e Juventude.

Para responder a este questionamento, dividimos o nosso eixo de discussão em duas etapas. No primeiro momento, discutimos a problemática da gestão dos documentos no primeiro setor, ou seja, o estado, no tocante ao seu trâmite oficial burocrático. No segundo momento, apresentamos o caminho de circulação das informações, considerando que há uma discrepância entre o ideal e o real. A tarefa não foi fácil, posto que implicou em aproximar as áreas do direito, da arquivologia e da administração. Desse modo, a transferência da

informação estudada através do método da análise do discurso, objetivamente o exame crítico recaiu sobre as falas dos principais sujeitos sociais envolvidos neste processo, ou seja, juízes, promotores, psicólogos, assistente social, pedagogas, mães e responsáveis.

Para contextualizar esse dois momentos, dividimos nossa monografia em quatro partes. No primeiro capítulo, situamos o trajeto da pesquisa e a busca das respostas através da definição de objetivos, a problemática e passos metodológicos a seguir. No segundo capítulo se fez necessária a descrição do universo e amostragem, do nosso campo empírico e de como foi feito o recorte do nosso objeto de pesquisa. Já no terceiro capítulo, fizemos uma revisão teórica situando a nossa pesquisa dentro do âmbito da transferência da informação e apontando os estudos do método da Análise do Discurso. O último capítulo foi dedicado à análise dos dados e dos resultados obtidos. O item seguinte tratou das considerações gerais e possíveis contribuições da pesquisa.

2 O TRAJETO DA PESQUISA: situando o quê, o porquê, o como e onde encontrar respostas

2.1 PROBLEMATIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O nosso objeto de estudo está inserido dentro das chamadas Ciências Sociais aplicadas e parte de uma abordagem discursiva que se baseia numa concepção de representação da informação como uma produção social dos sujeitos, os quais estão em constante interação e considerando as condições de produção dadas, são capazes de construir sentidos de seus discursos. O pesquisador (sujeito do conhecimento) lida com o discurso (objeto teórico) e o texto (objeto empírico) tentando captar nas entrelinhas os diferentes modos de constituição de uma prática informacional em um sistema de informação complexo que se por um lado se apresenta como “a verdade” contida no documento registrado, por outro é interpelado e interpretado pelos sujeitos interessados nas informações.

Entendemos que numa abordagem discursiva é possível perceber os múltiplos olhares sobre um mesmo objeto, que para nós, se materializa como os documentos que envolvem os menores infratores do cartório da 2ª Vara da Infância e Juventude. Assim, sabemos que dependendo das condições de produção, estes discursos se movem e seus entendimentos estão distantes de serem únicos. De acordo com Eni Orlandi (1998, p.22) “os sentidos podem sempre ser outros, nessa relação, mas há sempre determinação histórica”.

Mediante a complexidade da transferência da informação, necessário se faz que se pense em um tipo de abordagem que permitisse o contato direto do pesquisador, com o contexto pesquisado e a reconstrução dos processos discursivos e das relações que configuram o cotidiano dos sujeitos. Assim, a nossa vivência como estagiária no 2º cartório possibilitou esse acesso e nos mostrou como se dão as práticas cartoriais na referida instituição.

A opção por uma abordagem qualitativa discursiva nos possibilitou não envolver tratamento de variáveis, nem tratamento experimental. Tal abordagem não se limita à descrição de situações, ambientes, pessoas, ou à reprodução de suas falas e de seus depoimentos, mas reconstrói as ações e interações dos sujeitos sociais, buscando as significações do outro.

Essa abordagem permite a utilização de técnicas de coleta de dados como, a entrevista, o questionário e a gravação das falas, permitindo assim ler os dados nas linhas e entrelinhas, com a finalidade de desvelar os ditos e não-ditos que subjazem às práticas informacionais, descrever as ações e representações de sujeitos sociais.

Segundo Rodrigues (2007, p.38) “a pesquisa qualitativa é predominantemente ponderada, sopesa, analítica e interpretativa dos dados que são relativos à natureza dos fenômenos”. Esse tipo de pesquisa também, como afirma Valentim (2005, p. 18) “fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais que são apoiados no pressuposto de maior relevância do aspecto subjetivo social face à configuração das estruturas sociais”.

Já na abordagem quantitativa, entendemos que é a abordagem da pesquisa que investiga e que se apoia predominantemente em dados estatísticos. Para Valentin (2005, p.19 *apud* HAGUETTE 1995, p.63) esta abordagem “pressupõe uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão do ser.”

Nesta abordagem, a quantidade não exclui qualidade. Um estudo pode acontecer e apresentar números exorbitantes e, mesmo assim, o seu teor dentro da pesquisa mostrará credibilidade. A quantitativa irá quantificar certos aspectos para serem mais bem expostos pela qualitativa onde se presa pela interpretação dos dados em relação com os fenômenos. Elas devem ser complementares e não excludentes.

Tento em vista essas abordagens, a pesquisa caracterizou-se pelo tipo exploratório e analítico. A pesquisa exploratória possui a finalidade de descortinar o tema, reunir informações gerais a respeito do objeto. É a finalidade da pesquisa exploratória resolver problemas, propor e explicar fenômenos, destinar a compreender a intimidade das subjetividades e descrever detalhes intrincados de fenômenos complexos.

Na pesquisa analítica, o estudo apresenta informações, dados, e elementos constitutivos ou contíguos ao objeto, dizendo o que ele é, do que se compõem, em que lugar está localizado no tempo e no espaço, revelando periodicidades, analisando de acordo com o método escolhido, segundo semelhanças e diferenças, construção dos sentidos, situando conforme os contextos.

Ao procurar interpretar as ações dos sujeitos, consideramos as condições de produção, o contexto, os sujeitos e as relações de sentido de tais práticas entendendo que é uma forma pouco utilizada ainda na Arquivologia para fundamentar seus estudos, e que abre novas opções de pensar o objeto de estudo na graduação. Desse modo, o problema que norteou a nossa pesquisa, foi como o Fórum da Infância e Juventude, especificamente o Cartório da 2ª vara, transfere sua informação a fim de dar celeridade aos processos gerados e recebidos pela comarca, principalmente para os sujeitos sociais menos favorecida economicamente.

Assim, procedemos ao entendimento deste processo de transferência da informação e o que subjaz aos discursos dos produtores, recebedores dos documentos/ informações do 2ª Cartório da Vara da Infância e Juventude.

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Objetivo Geral

Analisar, através dos discursos dos produtores e consulentes, a transferência da informação, em fase corrente e intermediária dos documentos do 2º Cartório do Fórum da Infância e Juventude, do Tribunal de Justiça da Paraíba.

2.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar o processo de tramitação dos documentos do cartório da 2ª vara da infância e juventude;
- Analisar os discursos dos sujeitos envolvidos no processo de transferência da informação;
- Propor alternativas metodológicas para a gestão da informação do Fórum da Infância e Juventude.

2.3 UNIVERSO E AMOSTRAGEM

Autores da área de metodologia do trabalho científico (ECO, 2001;TRIVINOS,2003 e GIL, 2003), definem universo como qualquer população delimitada por sua natureza e ou especificidades. Para compreender como se procede a transferência da informação, o universo utilizado foram os servidores do 2º cartório do Tribunal de Justiça da Infância e Juventude do Estado da Paraíba, desde juízes, promotores, defensor público, serviço social, pedagogas, a

agentes administrativos é técnicos judiciários. No sentido de produzir um contraponto, fizemos entrevistas com os consulentes interessados no processo, especificamente com os pais dos menores infratores.

QUADRO 01: Entrevistados

Entrevistados	Quantidade	Função
Juiz	01	Decisão Final
Psicólogo	01	Análise da vida psicológica
Pedagogo	01	Análise da vida educacional
Promotor de justiça	01	Julga as razões do menor
Defensor público	01	Defende as razões do menor
Assistente social	01	Analisa a vida familiar
Funcionário distribuição	01	Gera o número de identificação
Funcionário do cartório	02	Faz toda a tramitação
Responsáveis pelos menores	04	Justifica as razões

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

Todos os sujeitos entrevistados e representados no quadro 01(um) tiveram seus nomes omitidos, por se tratar de uma instituição onde muitos processos tramitam em um ambiente de segredo de justiça, e também pelo o tipo de réu (menores). As falas de todos, mesmo tendo sido todas autorizadas, através de ofícios, foram destacadas apenas quando podiam exemplificar a nossa análise, sem nenhum nome ou algo que desabone a instituição. Vale ressaltar que se trata de um estudo acadêmico, com leitura restrita à área de Arquivologia e Ciência da Informação, objetivando ampliar o olhar do arquivista para outras instâncias menos tecnicistas.

No tocante à função, que está representado no mesmo quadro, colocamos como entendemos as ordens das atividades, em que cada entrevistado atua no concernente à transferência da informação.

2.4 O CAMPO EMPÍRICO: situando a 2ª vara da infância e juventude¹

Data de 1996, a criação em João Pessoa da a 2ª Vara da Infância e da Juventude, instalada em 12 de setembro, com competência para ato infracional, os crimes em espécie, as infrações administrativas e a execução das medidas sócio-educativas. A informatização do Sistema de Justiça da Infância e da Juventude, com interligação via “Intranet” da Comarca da Capital com as principais Comarcas do interior: Campina Grande, Patos, Guarabira, Souza, Cajazeiras e Catolé do Rocha, permitindo a conexão *on line* com o servidor localizado em João Pessoa, no Juizado da Infância e da Juventude, onde estão informatizados todos os serviços, tais como: adoção, internação, abrigo, cartorários e demais órgãos de apoio à criança e ao adolescente, FUNDAC, CEJA, CEA, CAO, CETA, Delegacia de Polícia, Casa Educativa, e Curadoria da Infância e da Juventude (CÂMARA, 2000).

Para melhor aprofundarmos o conhecimento sobre o nosso objeto se fez necessário um breve percurso histórico que apresenta o Fórum da Infância e da Juventude da Capital como um órgão integrante do Tribunal de Justiça da Paraíba que apresenta estrutura e modelo organizacional particular ao desenvolvimento de sua atividade, portanto, inicialmente será realizada uma abordagem geral a respeito do TJPB e seu modelo de organização para enfim direcionarmos a pesquisa para o Fórum da Infância e a todos os componentes que fazem parte da transferência da informação do sistema judiciário.

O Tribunal juntamente com todos os seus órgãos e unidades administrativas, estão ordenados de acordo com a Lei de Organização do Poder Judiciário do Estado da Paraíba (LOJE). Essa Lei é de iniciativa do próprio Tribunal e sua competência definida pela Constituição do Estado da Paraíba (CAMARA, 2000).

Segundo o autor citado acima, o TJPB tem por missão para com a sociedade, a concretização da Justiça por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva. Possui como visão, alcançar até 2014, grau de excelência na prestação de seus serviços sendo reconhecida pela sociedade como uma instituição confiável, acessível e justa, na garantia do exercício pleno da cidadania e promoção da paz social.

Sua função é prestar serviços para a sociedade e seus valores são baseados na credibilidade, acessibilidade, celeridade, modernidade, transparência, efetividade e responsabilidade social e ambiental. Sua estrutura administrativa foi instituída na capital da Paraíba pela Lei nº 7.514, de 18 de dezembro de 2003, sancionada pelo Governador do Estado Cássio Cunha Lima para atender as crianças e adolescentes no Estado. (*op cit.*)

O autor afirma ainda que o Tribunal de Justiça da Paraíba foi criado no dia 30 de Setembro de 1891, pelo mesmo decreto foi designado o dia 15 de outubro do mesmo ano para sua instalação e o seu surgimento teve respaldo positivo na sociedade paraibana da época, pois a mesma agora podia contar com um órgão de justiça de segunda instância, que poderia corrigir as decisões monocráticas dos juízes de direito e referendar suas decisões através de um colegiado de magistrados.

A Corte Paraibana é uma instituição imprescindível para convivência entre os cidadãos e o Estado, promovendo uma relação de isonomia e justiça célere e transparente entre os mais diversos processos e questionamentos da sociedade. A Corte de Justiça é responsável pelo cumprimento dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos, intervindo sempre que provocada e julgando de acordo com a Nossa Carta Magna Paraibana. (CÂMARA, 2000).

O Fórum da Infância e Juventude funcionava em um prédio localizado na Rua Dom Carlos de Gouveia Coelho, nº 347 no Bairro do Varadouro, em um prédio histórico com salas estruturalmente inadequadas para os funcionários exercerem suas atividades, situação esta que se repetia no arquivo, devido sua estrutura deficiente foi relocado da para a Rua Rio Grande do Sul, nº 956, no Bairro dos Estados.

Por meio da nossa experiência no estágio, pude observar que na referida instituição não havia nenhum tipo de gestão arquivística. Quando o arquivo foi transferido para o novo endereço houve algumas modificações deficitárias, pois os funcionários utilizavam para localização das caixas o sistema alfa - numérico com as datas limites, mas com a transferência muitas caixas foram extraviadas, interrompendo assim toda sequência de como havia sido arquivado os documentos que, segundo relatos de um funcionário, seguiam uma sequência de arquivamento elaborada por técnicos em arquivo do Arquivo Geral do Tribunal.

Os funcionários antigos que deixaram de exercer suas atividades no órgão não passaram as informações necessárias para do cartório/arquivo para os novos admitidos, desta forma os novos funcionários não tinham conhecimento de como se procedia à organização da documentação, logo o arquivo ficou sem um responsável competente a área arquivística para dar continuidade ao trabalho antes desenvolvido. Quanto ao quadro de funcionários, a 2ª vara do Fórum é composta por seis funcionários, uma analista, três técnicos judiciários e dois auxiliares administrativos.

O Fórum possui processos que datam a partir da década de 60 e, como observado in lócus, estão mal acondicionados uma vez que as estantes e caixas localizam-se em um espaço inadequado onde há mofo, umidade, poeira, e ferrugem. A documentação, de um modo geral,

encontra-se em condições insatisfatórias e insalubres. Todos os processos estão cadastrados no Sistema de Tecnologia da Informação responsável por implantar, oferecer treinamentos, transferência de tecnologias e dar suporte ao sistema de informação do Estado.

Existem dois arquivos, o permanente, onde os documentos são solicitados apenas por ordem judicial e o corrente, onde estão os processos que se encontram ativos e são frequentemente consultados conforme as audiências, a exemplo dos procedimentos especiais de menores infratores, infrações administrativas e execuções de medidas sócio-educativas.

O processo inicia-se quando o menor comete algum ato infracional e chega à delegacia onde se elabora o Termo Circunstancial de Ocorrência ou Boletim de Ocorrência (BO) com prazo de 48 horas para os tramites legais. Em seguida ele vai fazer a oitiva informal com a promotora de justiça na curadoria é elaborado um ofício em três vias, uma fica na delegacia, outra encaminha o menor para o CEA (Centro Educacional do Adolescente), e a última enviada para o Fórum.

A cópia do ofício emitida para o Fórum com o TCO/BO é encaminhada para o setor de distribuição (no próprio Fórum) onde o processo é dado entrada e distribuído, gerando o número do mesmo que tramitará no 2º cartório daí nasce o processo.

No concernente ao 2º cartório (denominação recente para a escola correccional) sabemos que esta foi outra iniciativa importante para aquelas épocas: a criação, em 26 de junho de 1930, da Escola Correccional de Pindobal, pelo Governo do eminente Presidente João Pessoa, com a finalidade de educar o menor abandonado e corrigir o menor infrator. (COSTA *apud* 2000, TEIXEIRA). Sabe-se, no entanto, que para ali foram encaminhados grandes levas de infratores e até não-infratores, jovens com desvio de conduta, utilizando muitas vezes das ameaças: - “OLHE EU LHE MANDO PARA PINDOBAL”. Vê-se, pois, que mesma em iniciativa desta sorte, com o propósito de educar, o linguajar era forte e discriminador. (*op. cit, p ?*)

¹As informações obtidos neste capítulo estão disponíveis no site do TJ-PB: <http://www.tjpb.jus.br/portal/page/portal/tj/home> . Acesso em: 30 de out. 2011.

Não havia uma política em favor dos menores, crianças e adolescentes e isto por longos anos continuou. Uma iniciativa relevante surgiu nos anos 70, como afirma Câmara (2000) se no início do século, coube ao Desembargador Heráclito, depois coube à Egrégia Corte de Justiça do Estado adotar suas providências. Data de fevereiro de 1970, a Resolução 03/70, do Tribunal de Justiça, criando a Justiça de Menores da Capital.

Diz a Lei Nº 8.069 do ECA (art. 106): “nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária”(op. cit), porém, falar sobre o menor infrator conduz à violência da atualidade. Nada mais falso do que se pensar que, ao jovem adolescente, tudo é permitido, inclusive a prática criminosa, e de ser ele, adolescente, o responsável por essa violência que aterroriza a todos, nos dias atuais, porque nada se pode fazer (op cit). Assim, temos a própria dualidade do problema e por conseguinte a necessidade de compreensão dos processos informacionais e especificamente da transferência da informação dentro da instituição escolhida para investigação e, desse modo, partiremos nos itens a seguir, a descrever os caminhos metodológicos propostos para análise do nosso objeto.

2.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para obtermos os dados da pesquisa, utilizamos a entrevista semi estruturada, que possibilita respostas mais livres dos entrevistados e, a partir desses dados, podemos analisar o que subjaz a tais discursos. Este instrumento associado ao método da Análise do Discurso favoreceu o esclarecimento da nossa problemática.

Assim, na busca de entender os discursos emergentes da transferência de informação no 2º Cartório do Fórum da Infância e Juventude, buscamos em Eni Orlandi (1988) as argumentações. Segundo a autora, o discurso do texto oral ou escrito está inscrito em condições históricas definidas. Existe uma relação entre o discurso e o texto, sendo o discurso o objeto teórico (informação) da análise do discurso, e o texto o objeto empírico (documento em determinado suporte).

Para pensar no texto como objeto da análise do Discurso (AD) é necessário que se pense no próprio texto, para além da sua função informativa. “É necessário, portanto, passar para uma relação das partes com o todo, em que se procura estabelecer, através de recortes, as unidades discursivas” (ORLANDI, 1988, p.22).

Esta pesquisa é predominantemente qualitativa. Rodrigues (2007, p.38), entende este tipo de pesquisa como sendo “ponderada, [...] analítica e interpretativa dos dados que são relativos à natureza dos fenômenos”. Ela também “fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais que são apoiados no pressuposto de maior relevância do aspecto subjetivo social face à configuração das estruturas sociais”, como afirma. (VALENTIM, 2005, p. 18).

Salientamos que não foram realizadas as análises do número total de entrevistados. A delimitação teve por base os participantes do processo de transferência da informação. Assim, muitas falas não foram utilizadas neste momento, deixando-as para um estudo na pós-graduação ou para outros interessados em aprofundar o assunto. Foram estabelecidas para a análise as seguintes categorias: a racionalidade administrativa, a racionalidade comunicativa e a interação/ interlocução.

QUADRO 02 : conceito de transferência da informação por socialização da informação.

CONTEXTO	RACIONALIDADE INSTRUMENTAL	RACIONALIDADE COMUNICATIVA
Concepção de Informação	Transmissão de dados; Estratégia para tomada de decisões; Insumo tecnológico; Desenvolvimento da sociedade; Instrumento de dominação e poder ; Direito e informação	Socialização do conhecimento; (Re) Construção do conhecimento ; Desenvolvimento do sujeito; Interação do sujeito; Necessidades dos usuários

FONTE: Dados retirados da monografia de Brandão, 2010,p.19.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA: a justiça cega ou a justiça é cega?

Tomamos como base para a discussão dois autores de basilares da Arquivologia no Brasil: Luís Carlos Lopes, em seu livro *A modernização administrativa do país*, e José Maria Jardim, através do artigo intitulado “O inferno das boas intenções”. Os dois autores discutem, de maneira pertinente, temáticas referentes a políticas públicas de arquivo.

Lopes (2008) nos faz refletir quando fala numa visão maximalista e minimalista do arquivo. Essa perspectiva nos permite enxergar o todo, e propor um grande projeto para resolução dos arquivos, como exemplo a digitalização que está sendo feita nos TJ.

Torna-se viável pensarmos na concepção minimalista de Lopes (2008), o qual propõe que os arquivistas pesquisem e se debrucem em busca soluções nos âmbitos dos pequenos arquivos, como, por exemplo, no nosso caso específico das comarcas. Neste sentido, não basta simplesmente propor um quadro de arranjo e de descrição documental, mas principalmente, através de um diagnóstico da situação, elaborar um projeto de pesquisa e identificar pequenos focos de problemas que somados a outros tantos, podem resolver a questão daquela comarca e, assim, servir de exemplo multiplicador de boas idéias. Desse modo, tal concepção orienta do ponto de vista teórico-metodológico a delimitação de nosso objeto: a transferência da informação no 2^a Cartório da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça.

No caso de nossa pesquisa, quando pretendemos investigar como se dá a transferência da informação no tramite de processos de menores infratores, estamos tentando identificar a ponta de um iceberg, porque trabalhos que propõe resolver problemas de gestão documental ou da informação de instituições tão complexas não passam de ingênuos e passíveis de críticas e revisão.

Os compêndios de direito mostram simbolicamente uma imagem relevante. A justiça é cega, em outras palavras, ela observa todos por igual. Tal assertiva será verdadeira? É importante ressaltar que não estamos defendendo uma tese sobre direito, apenas pensando que talvez a assertiva dos magistrados e advogados seja de fato real. Sendo assim, de onde adviria o problema? Nossa hipótese é a de que o problema vem de uma estrutura burocrática arcaica e que não consegue ter uma a transferência da informação adequada.

Constantemente, a imprensa fala sobre amontoados de arquivos de presos que não saem do papel e, assim, as prisões são cheias de marginais que poderiam ter uma definição em seus processos. Nas palavras de Silva (2003)

No intuito de rever a situação dos arquivos judiciais, cujo desarquivamento de processos em tempo hábil era uma meta difícil de ser alcançada, em virtude dos métodos ineficientes de guarda e conservação e pela precariedade das condições existentes, o Conselho da Justiça Federal traçou diretrizes para a implementação do Programa de Gestão Documental, instituindo a Comissão Técnica Interdisciplinar de Gestão de Documentos Arquivísticos, através da Portaria nº 159/1998, com o propósito de elaborar um programa para aperfeiçoar os arquivos da Justiça Federal.

Ora, se contarmos pelo período histórico da legislação citada pelo autor, veremos que é tudo muito recente e que a ênfase é no processo de gestão. Tal processo, por sua vez, em um órgão de primeiro setor (Estado) e de magnitude como de tribunais é extremamente complexo, o que não facilita as ações em termos de resoluções de problemas. O estudioso Luis Carlos Lopes (2008) assegura que:

A gestão arquivística, em tese, deve ter por base o conhecimento teórico e prático sobre a informação e os parâmetros referentes à org. de acervos de natureza relacionada a gestão. Muitas vezes as práticas de classificação, avaliação e descrição carecem de uma fundamentação teórica, de razão lógica, isto é, de um “cérebro” no comando.

Segundo Lopes, os novos gestores da informação arquivística precisam adotar métodos científicos como base para as práticas por eles desenvolvidas, ou seja, trabalhar com metodologias explícitas em diagnósticos, projetos de pesquisa e de trabalho, fundamentando teoricamente as suas decisões e opções.

Ao contrário da proposta de Lopes (*op cit.*), na realidade brasileira, é comum que os arquivos das organizações possuam pessoas que atuando como “instrumentos de pesquisa vivos”, alguém que tem de memória as "chaves" de acesso intelectual ao arquivo.

A presença de "instrumentos de pesquisa vivos", a capacidade de improvisar, entre outros expedientes, supre a falta do planejamento da gestão, segundo o autor mencionado. Todavia, nestes casos, há sempre reclamações de demoras e ineficiência para gerir a informação.

Tal aspecto problemático só pode ser evidenciado num processo de inserção profissional, pautado num olhar crítico que vise ressignificar o acesso à informação. Nesta perspectiva, a nossa experiência de estágio no âmbito judiciário do 2º Cartório resultou na possibilidade de análise do fenômeno transferência da informação, indicando que os

envolvidos no processo devem descobrir que o seu trabalho poderia ser mais produtivo, caso houvesse um fluxo das informações organizadas.

Neste sentido, parece que o âmbito burocrático, aliado à falta de profissionais da área com conhecimento suficientemente técnico e com o componente investigativo de pesquisa pode não ser o grande problema ou o crucial para os problemas da justiça brasileira. No entanto, podemos dizer que contribuem e muito para este estado Kafkaniano, ou seja, o Estado através de sua burocracia leva o sujeito social a um verdadeiro labirinto sem saídas na busca de informações e documentos que resolvam um problema; e isto se agrava quando os elementos socioculturais são evidenciados.

Considerando o pensamento do professor José Maria Jardim (1995) que é especialista em arquivos públicos da esfera governamental, percebemos que ele analisa a relação do implemento da legislação de políticas públicas arquivísticas, abordando a temática dentro do quadro geral das políticas públicas de informação e sua associação ao sistema capitalista. O mesmo demonstra que existe a necessidade de tornar a legislação arquivística conhecida não apenas no universo dos arquivos, mas também nos diversos setores do Estado e junto à sociedade civil.

Uma síntese de suas principais idéias poderia ser a seguinte:

1. O empreendimento arquivístico requer a construção de uma ordem informacional quer pressupões profissionais especializados, infra-estrutura material, conhecimento técnico – científico e gerenciamento adequado de todos esses recursos.
2. A ordem informacional expressa na organização de um arquivo setorial ou de um conjunto de acervos de uma instituição ou serviços arquivísticos demanda uma ordem legal. Do ponto de vista da execução de políticas públicas para arquivos. Nessa esfera de preocupações que se inserem estas reflexões: as dinâmicas, estratégias e possibilidades inerentes à decisões políticas. Jaén García *de apud* Jardim (2008) era que a “legislação arquivística é o conjunto de leis que normalizam e controlam as políticas arquivísticas de um país”.
3. A ideia de que a legislação arquivística normaliza e controla as políticas públicas no campo dos arquivos sinaliza equivocadamente a perspectiva de que estes territórios são, no mínimo, paralelos. As políticas públicas são balizadas pela a lei, mais não são integralmente “controladas” naquilo que constitui a dinâmica própria do jogo político democrático.

4. O desafio maior para as instituições arquivísticas, seus profissionais e a sociedade é a construção cotidiana da legislação no fazer arquivístico. O contrário disso pode redundar num inferno de boas intenções cujo epicentro é uma legislação tornada “letra morta”.

Se a legislação arquivística não for simultaneamente instrumento e objeto de uma política arquivística, conforme assinala Couture (p. 135), “a existência da lei não garante a sua aplicação [...]. A legislação não pode ser confundida com a ação concreta”.

O autor ainda apresenta um subitem dentro destas políticas arquivísticas que são das políticas públicas de Informação:

- Na realidade a ser observada é possível detectar situações nas quais políticas arquivísticas são concebidas e implementadas – normalmente sem muito sucesso; ignorando-se as demais políticas públicas de informações existentes;
- Da mesma forma, são frequentes situações nas quais políticas públicas de informação;
- Muitas vezes em nível nacional – desconhecem por completo as peculiaridades do universo arquivístico.
- Na literatura voltada aos estudos da informação. A noção de “política de informarão” tende a ser naturalizada e a designar diversas ações e processos do campo informacional: arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica.
- A ausência de um quadro conceitual mais denso sobre o tema torna-se especialmente evidenciada quando a informação é abordada como objeto de políticas públicas, construídas como função de Estado e, num contexto democrático, contando com a participação da sociedade.

O autor de modo geral propõe a implementação de um Marco Legal Arquivístico, apontando para a variedade de experiências históricas na viabilização da legislação arquivística, tem sido abordada frequentemente, na literatura da área, a realidade política e social de cada país, sua situação arquivística, as condições de elaboração e aprovação de leis, em nível municipal, estadual e nacional. Segundo Jardim (2004) tais leis, mesmo que semelhantes em alguns casos, possuem uma diversidade bastante ampla, o que torna tal legislação sujeita a eventuais revisões, decorrentes dos contextos sócio-históricos.

A situação ideal, portanto, seria a harmonização de todo o quadro legal referente às noções de acesso, informação e arquivos. Em termo arquivísticos, certos segmentos do Estado contam com mais experiência, recursos e disponibilidade para mudanças do que outros. Todos esses elementos devem ser plenamente conhecidos pelos responsáveis pela aplicação da legislação arquivística. A implementação da Lei é um fato jurídico, mas também político, envolvendo conflitos que demandam escolhas de ações a serem realizadas e justificadas em si mesmas.

3.2 A GESTÃO E A TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO PRIMEIRO PASSO PARA A GESTÃO DO II CARTÓRIO DO FÓRUM DA INFÂNCIA E JUVENTUDE/PB

A transferência da informação é um conceito complexo que deriva, segundo Habermas (2000), de duas abordagens distintas: racionalidade instrumental, em que a transmissão da informação é um mero ato de repassar dados e tomá-los como verdades absolutas; e a racionalidade comunicativa, que parte do princípio de que o outro, o contexto e toda uma série de circunstâncias influenciam na recepção da informação dada.

A comunicação revelada através dos canais tradicionais (emissor/ receptor/ canal/ código) é ainda vivenciada, mesmo considerando o advento de novas tecnologias, novas formas de agir e interagir no mundo de hoje. Este cenário fica claro, quando buscamos entender como se dá a transferência da informação no contexto do nosso objeto de estudo.

Para delimitarmos o conceito de transferência da informação, buscamos em Araújo (2001) algumas respostas. Para ela, a informação, como perspectiva social, é entendida, utilizada e ressignificada através das atribuições de sentido do receptor/usuário, dados à informação.

[...] Assim temos que a informação pode ser compreendida como um processo de atribuição de sentido. Em termos de práticas informacionais diríamos que esse processo se dá através das ações de recepção/seleção das informações recebidas (ARAÚJO, 2001, p. 01)

Araújo (2001) salienta que esse organismo é esquematizado através do mecanismo de representação da informação comunicada, processando-se através de ações de codificação, emissão, decodificação, uso da informação – transferência. A partir de então, é que se conceitua como uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido.

No que se refere à representação do conhecimento:

Toda a representação do conhecimento é simbólica e constitui-se de matéria que vem preocupando o mundo da documentação, desde sua origem. Partindo-se da definição de que representar significa o “ato de colocar algo no lugar de” classifica-se em nível primário a representação feita pelos autores no momento da expressão dos resultados de seus pensamentos, estes derivados de observações metódicas da natureza e dos fatos sociais... Nesse sentido, no processo de tratamento ou processamento dos registros de conhecimento para fins de armazenagem nos sistemas de informação, é requerido um novo estágio de representação, desta vez partindo-se não do ser ontológico em si, mas do conhecimento sobre o ser, expresso em documentos. Esta seria uma representação secundária [...]” (VICKERY, 1986 *apud FERREIRA*, 2011, p. 42).

Usando uma equação, Araújo e Robredo (2003) mostram que a informação exprime a passagem de um estado de conhecimento $K(S)$ para um novo estado de conhecimento $K(S+@S)$, devido à contribuição de um novo conhecimento $@K$, extraído de uma informação $@I$; sendo que o termo $@S$ indica o efeito dessa modificação. Assim, ocorre a transformação do estado de conhecimento e se tal transformação for aplicada no nível das relações que ocorrem num determinado contexto social, pode-se provocar a transformação deste contexto. Este processo tem características transformadoras, pois possibilita uma revisão do conhecimento estabelecido e/ou criação de novos conhecimentos.

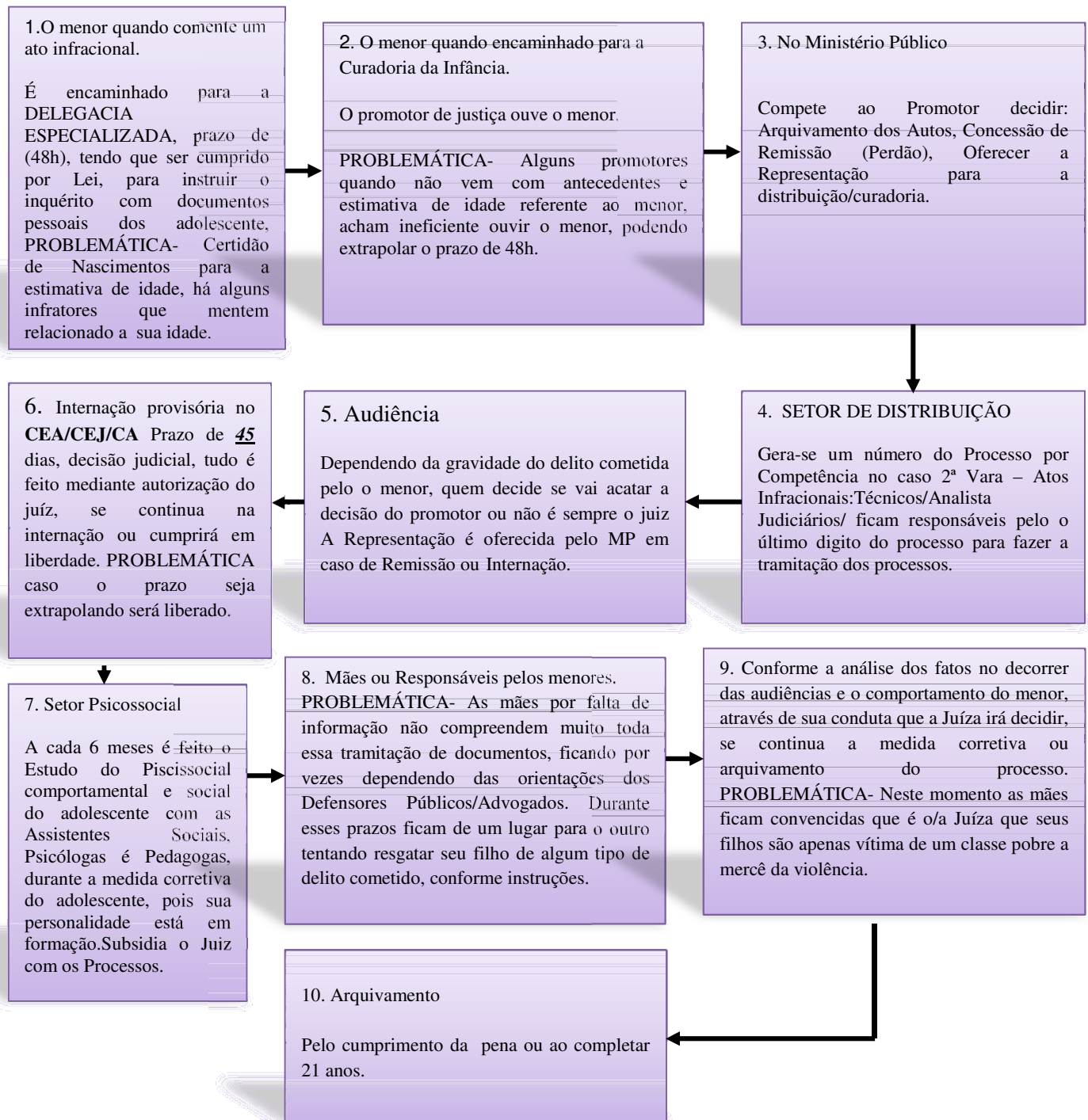
Os autores explicam que estas transformações de estado de conhecimento quando aplicadas a contextos sociais provocam transformações neste contexto, em suas estruturas. Brookes (1980, *apud FERREIRA*, 2011) acrescenta que essas transformações estruturais ao serem interpretadas/(re)significadas, produzem novos sentidos.

Devemos considerar que o simples fato de existir uma instituição que irá tratar da informação de menores infratores já nasce com uma carga de estigmatização, posto que a imagem proporcionada por seus integrantes provoca de antemão, em alguns setores da sociedade, a intolerância. Os menores, desse modo, considerados *outsiders* ou, como afirma Norbert Elias (1997) “os fora do lugar”, o outro num sentido de alteridade, onde eu não o reconheço como igual, mas como outrem, que não se enquadra no chamado *establishment*.

Sendo assim o trâmite burocrático, no momento de apresentar a documentação ou mesmo exigir que seus direitos sejam respeitados, se torna ainda mais difícil do que em outros segmentos sociais e, assim, a transferência da informação configura-se como algo do mundo sistêmico, dentro da racionalidade administrativa.

Os quadros a seguir mostram o trâmite real da documentação quando o menor é enquadrado na lei por infração:

GRÁFICO 1: FLUXOGRAMA DA TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.



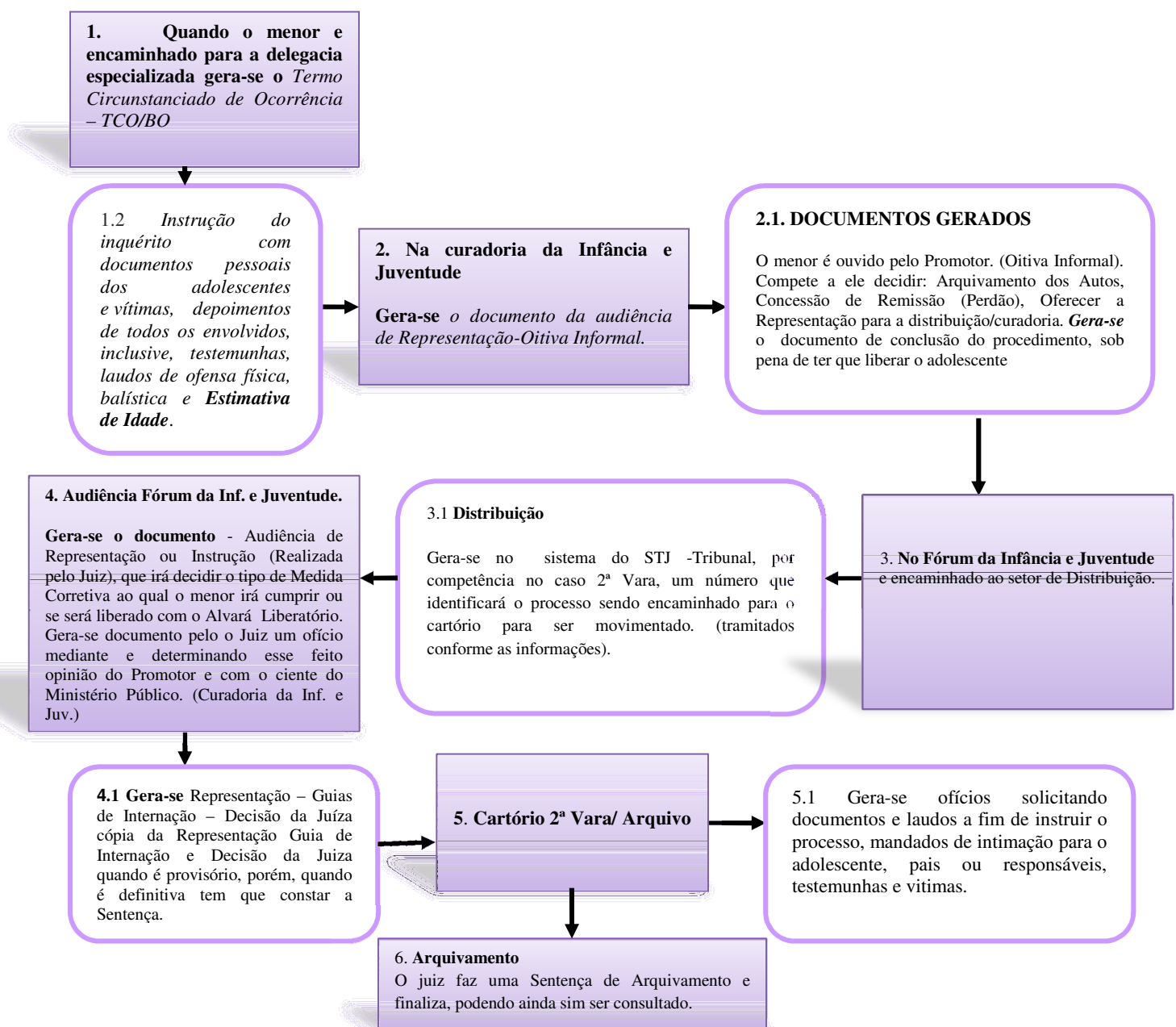
FONTE: Dados da Pesquisa, 2011

O quadro acima, nos coloca frente à burocracia do trâmite dos documentos no tribunal da infância e Juventude. O dado relevante, neste quadro é o desdobramento do processo e o tempo que cada documento deve aguardar até sua destinação final. Muitos processos se arrastam por vários meses, considerando-se apenas a burocracia que é vista como natural, sem

a devida atenção no que se refere aos envolvidos: os jovens- quase todos oriundos das esferas menos favorecidas da sociedade e suas famílias que se envolvem material e psicologicamente com prejuízos, muitas das vezes, irreversíveis.

No gráfico abaixo, fazemos uma correspondência entre o trâmite e o documento gerado, ou seja, a tipologia documental que transita no cartório:

GRÁFICO 2: FLUXOGRAMA DA TIPOLOGIA E TRÂMITE DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO MENOR INFRATOR NA 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Os dois quadros acima foram construídos com base na nossa experiência como estagiária. Assim, o fluxograma serve apenas como uma referência a partir de um olhar interpretativo da produção textual do trâmite dos documentos, situando o leitor no processo de transferência da informação no 2º cartório.

Estes quadros propostos acima, assinalam para necessidade de repensar como se dá esta transferência da informação, através dos responsáveis pela área da informação, a fim de criar espaços dialógicos e de reconstrução social:

Pensar, pois, a reconstrução de sociedade é formar o sujeito que dialoga com vários saberes, capaz de aprender a ser, partilhar, comunicar e ver o outro nesse processo permanente de reconstrução de saberes e que saiba transitar em diversas áreas do saber humano (COELHO, 2003, p. 131).

Outro elemento que nos ajuda a pensar a transferência da informação, sobretudo para o caso do nosso objeto de estudo encontra-se na entrevista concedida por Rafael Capurro, que se encontra no livro *A linguagem e a informação documentária*, organizado por Sousa e Santos (2011). O entrevistado fala das novas perspectivas do cenário da informação e afirma categoricamente que vivemos num mundo muito mais de troca de mensagens do que de informação. Abaixo, descreveremos na íntegra a sua resposta quando perguntado sobre este processo de transferência da informação:

[...] assim a ciência da informação é uma parte de tudo, se a entende de uma forma muito restrita, como uma teoria do começo do século, a ela um pouco mais ampla, como processo de comunicação e acesso, especialmente agora com as técnicas digitais se amplia um pouco mais todos os outros tipos de meios e ao processo de fixação, transmissão e conservação e acesso aos meios e instituições, o que é naturalmente a base porque vemos que a instituição fundamental é claro que é o corpo humano e a memória, mas muitas sociedades humanas têm passado a transmissão dos conhecimentos em documento físico, a memória que passa de filho para pai e demais gerações, agora a externalização disso dá lugar a todo um sistema e estrutura, e outros e ajuda também a grandes investigadores na ciência da informação...] [...esse fenômeno de mensagem não é idêntico ao fenômeno da informação, por isso creio que a ciências da informação têm que ser complementadas pela ciência da documentação ou o que se chamaria de ciência das mensagens. eu utilizo o termo grego que se utiliza para os anjos, os lânguidos, que é o mensageiro de fato, para dizer que temos que investigar toda a estruturação de como se transmite mensagens, em que sistema de poder se pode transmitir mensagens, quem pode transmitir ou não, quem percebe uma mensagem para alguém, como se dá a seleção, etc. de modo que isso forma parte de uma estruturação de ciências, as qualificaria como a ciência da documentação, a ciência clássica da informação a “videologia” de **regi debret** e a arquivologia, porque é evidente que conservar, digamos, mensagens potenciais, como alguém pode dizer “esta mensagem não interessa para mim”, mas pode interessar a outro, de modo que se conservar isso, e esse é o sentido dos arquivos como princípio de orientação, de modo que se os colocam em todo um contexto de globalização e do digital, e se vê a importância capital que tem as mensagens, as informações, a recuperação e etc,...] [...De acordo com os problemas que surgem, que são problemas sociais, problemas

de política também, de convivência do povo em um ambiente como o que temos, e os problemas que temos não são tão simples.] (CAPURRO apud SOUSA E SANTOS, p.88-89).

Para nós, é esclarecedor quando o autor refere à transferência da informação muito mais como transferência de mensagens, o que implica dizer que há uma mudança de cenário no referente a informação e que as instituições e no caso o arquivista deve repensar, se de um lado a sociedade estabelece, como informa Habermas (1982) uma racionalidade sistêmica, baseada numa racionalidade administrativa, construída através de um olhar capitalista, em detrimento a uma racionalidade comunicativa.

O professor Capurro (*apud* SOUSA & SANTOS, 2011) apresenta este “chamado mundo das mensagens” e diz que devemos estar atentos, uma vez que se apresenta, junto a tudo isso, uma complexidade de ordem filosófica, política e social, ou seja, uma realidade informacional necessária ao conhecimento do gestor da informação.

Para que a recuperação da informação ocorra, como já ficou explicitado nas falas dos autores Jardim e Luiz Carlos Lopes (2009), são necessárias políticas públicas e pesquisas e a pesquisa mesmo embrionária que estamos fazendo levando em conta o método da análise do discurso que será estudado no item abaixo, parece ser um caminho.

3.3 A ANÁLISE DO DISCURSO COMO MÉTODO DE PESQUISA

É pouco discutido dentro da Arquivologia a sua relação intrínseca com a linguagem. Alguns podem tecer críticas a estes comentários apresentando os estudos de Cintra (2001), Fugita (1999), Lara (2002), entre outros. No entanto, a ligação a qual nos referimos se coloca na perspectiva da existência de um discurso que vai além da técnica, que apenas serve para descrever documentos, indexá-los entre outros fazeres. Trata-se do pressuposto básico de que a linguagem é representação e, no caso específico, da arquivologia, da representação da informação e do conhecimento.

Como o termo linguagem tem merecido inúmeros estudos, podemos ter a tranquilidade de uma discussão com uma base bastante aprofundada e lógica. Dessa forma, recorreremos desde o seu conceito básico no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda:

Linguagem é qualquer e todo sistema de signos que serve de meio de comunicação de ideias ou sentimentos através de signos convencionados, sonoros, gráficos, gestuais etc., podendo ser percebida pelos diversos órgãos dos sentidos, o que leva a distinguirem-se várias espécies ou tipos: linguagem visual, corporal, gestual, etc., ou, ainda, outras mais complexas, constituídas, ao mesmo tempo, de elementos diversos. (HOLANDA, 2000, p. 428)

Faz-se necessário proceder uma distinção ente linguagem e língua, pois a linguagem diz respeito à capacidade ou faculdade de exercitar a comunicação intrínseca, e a língua ou idioma refere-se a um conjunto de palavras e expressões usadas por um povo, por uma nação, munido de regras próprias e sua gramática. (Holanda, 2000).

Torna-se igualmente necessário, para compreensão de nosso estudo, rever as funções da linguagem, a fim de que delimitemos a que nos interessa. Assim, tradicionalmente, os elementos comunicacionais são:

- Emissor - emite, codifica a mensagem;
- Receptor - recebe, decodifica a mensagem;
- Mensagem - conteúdo transmitido pelo emissor;
- Código - conjunto de signos usado na transmissão e recepção da mensagem;
- Referente - contexto relacionado a emissor e receptor;
- Canal - meio pelo qual circula a mensagem.

O linguista Jacobson (1969 *apud* BRANDÃO 2010) afirmou que as principais funções da linguagem eram:

- Emotiva (ou expressiva) - a mensagem centra-se no "eu" do emissor, é carregada de subjetividade. Ligada a esta função está, por norma, a poesia lírica.
- Função apelativa (imperativa) - com este tipo de mensagem, o emissor atua sobre o receptor, a fim de que este assuma determinado comportamento; há frequente uso do vocativo e do imperativo. Esta função da linguagem é frequentemente usada por oradores e agentes de publicidade.
- Função metalinguística, usada quando a língua explica a própria linguagem (exemplo: quando, na análise de um texto, investigamos os seus aspectos morfossintáticos e/ou semânticos).
- Função informativa (ou referencial) - função usada quando o emissor informa objetivamente o receptor de uma realidade, ou acontecimento.
- Função fática - pretende conseguir e manter a atenção dos interlocutores, muito usada em discursos políticos e textos publicitários (centra-se no canal de comunicação).
- Função poética - embeleza, enriquecendo a mensagem com figuras de estilo, palavras belas, expressivas, ritmos agradáveis.

No entanto, modernamente, podemos perceber que os diversos estudos linguísticos lançaram mão de outros elementos de comunicação como a interatividade e o novo formato

que é o da interlocução, considerada como diálogo interativo: **locutor** - quem fala (e responde); **locutário** - quem ouve e responde; **interlocução – diálogo**. (apud, BRANDÃO, 2010)

Neste aspecto, os gestos, a forma não verbal de perguntas e respostas são consideradas como atos comunicativos e formas de dizer ou não dizer, o que para nós é fundamental, porque nas entrevistas podemos perceber como se procede a transferência da informação e em que medida a gestão documental pode ser este canal que gera ruído ou comunica verdadeiramente SANTOS e ALMEIDA (Apud SOUSA e SANTOS, 2011).

Assim, baseados em estudos mais recentes como os de Santos e Almeida, apoiados na teoria de Bakhtin/Volochinov, afirmam que:

“ninguém fala sozinho; a nossa fala e/ou a nossa escrita é dirigida a alguém historicamente existente, cujas circunstâncias materiais de existência são concretas, fazendo uma ponte necessária entre o que se diz e o que se ouve dentro de um ato interativo que pode apontar para problemas que vão além da mera codificação e decodificação do código linguístico”. (SANTOS E ALMEIDA, 2011 p. 21).

Dessa forma, pensar na linguagem e na língua como abstratamente representada é no mínimo desconhecer os processos de produção dos discursos.

Na visão de Bakhtin, segundo Santos e Almeida (2011), a intencionalidade está na pergunta e na resposta, pois o interlocutor responde de acordo com a mensagem do locutor, criando um dialogismo e um discurso totalmente novo, dessa forma o importante é perceber como os sinais linguísticos se adéquam, flexionam em uma situação real.

No concernente ao nosso estudo, podemos perceber nas falas dos interlocutores entrevistados esse discurso “novo” presente no diálogo entre entrevistador/entrevistado.

Passa-se, então, a descrever as configurações de arquivo de acordo com Foucault, (1986) centradas a partir de um tema, de um conceito, enfim de um acontecimento. E sendo assim, podemos perguntar: “Qual lugar discursivo ocupa dado acontecimento discursivo num determinado arquivo?” Dessa forma, a noção de arquivo torna-se muito produtiva nos estudos da análise do discurso. Não se trata de considerar tal noção como enunciada conservados por uma via arquivística, mas como um modo de acompanhar as práticas discursivas de uma sociedade.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Nesta sessão, faremos a análise dos dados obtidos. Como foi postulado anteriormente, fizemos algumas entrevistas envolvendo juízes, promotores, técnicos e familiares. Vejamos alguns trechos da entrevista em que o que foi explicitado no tópico anterior aparece de maneira clara:

PERGUNTA - *A senhora leu o processo do filho (a) e entendeu o que leu, se teve acesso e como teve conhecimento do fato?*

QUADRO 03: Fala da Mãe A

“Eu trabalhava viajando e meu filho (13 anos) ficava aos cuidados de um tio (Fumante/Maconha-Cigarro) e a vizinha, mãe de um amigo (15 anos), amigo de infância e fornecedor da droga (maconha) e que andava armado. Meu filho estava apenas comprando a droga e eu havia descoberto há pouco tempo que o mesmo era usuário de droga...”

-“Eu vi o ofício das mãos da Defensora do CEA - tinha lá que ele estava traficando droga e assim, a pena seria grave”.

- “ele é um menino bom, obediente, estudioso, inteligente e muito calmo, mas que está cada vez mais complicado viver na comunidade X por que ele está muito mal visto (marcado) e tudo que acontece na redondeza, já acham que foi culpa dele”.

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

A fala da mãe também não segue uma ordem lógica do discurso. Apesar das evidências, porte, uso, tráfico de drogas afirma que o filho é calmo, obediente, um bom menino, mas todos estão contra ele. É o discurso que trata da intencionalidade, apontada por Bakhtin citado por SANTOS e ALMEIDA, 2011). Neste sentido, a locutora do discurso fala a partir de seu papel social de mãe, colocando-se em defesa do filho em relação a outras forças sociais.

Na fala da mãe, está evidenciado o processo de distância quanto ao seu conhecimento dos trâmites judiciais (“-Eu vi o ofício das mãos da Defensora”). No tocante à transferência da informação, as marcas discursivas da fala interlocutora entrevistada evidencia a categoria

analítica de racionalidade administrativa, descrita no marco teórico, posto que o acesso aos documentos são inacessíveis do ponto de vista da linguagem técnica utilizada.

PERGUNTA - *Leu o processo do seu filho (a) Entendeu o que leu, teve acesso, como teve conhecimento do fato?*

QUADRO 04: Fala da Mãe B

“-Eu não entendo bem de Leis, mas eu sei os direitos de meu filho, que foi apreendido pela primeira vez aos 11 anos de idade. A juíza liberou meu filho, percebendo a não participação dele no tráfico do Bairro, ele responderá na Justiça em liberdade, tendo apenas de comparecer uma vez por mês no Fórum [...]”.

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

A Mãe relatou, no quadro 4, que sabe dos direitos do filho, que foi apreendido pela primeira vez aos 11 anos de idade. Aqui há uma marca da mobilidade da língua e a idéia de saber usá-la, conforme os contextos de interlocução, apresentada por Bakhtin. A interlocutora demonstra não conhecer os fundamentos das leis, mas enquanto sujeita da história, ela se posiciona, pela intencionalidade discursiva, em defesa do filho, construindo uma argumentação distinta do esperado para quem tem baixa escolaridade: “eu sei os direitos de meu filho”. A própria entrevista suscita na entrevistada a esperança de este ser mais um canal para a solução do problema do filho.

Assim, os discursos são postos, o discurso jurídico que, de maneira geral, é considerado único e linear, toma diversas formas na voz das pessoas. Mas em que interessa estes discursos para o nosso trabalho? Uma resposta já poderia ser delineada: mesmo tendo contato com o documento, este não diz a “verdade”, este é produtor de verdades e se contradiz com um postulado arquivístico, o documento é único e produtor de uma verdade comprobatória.

PERGUNTA - *Como se deu o fato, referente ao seu filho?*

QUADRO 05: Fala da Mãe C

“-O Delegado quando ligou e disse a história eu não acreditei que se tratava de meu próprio filho, pois não o havia criado para isso, sabia que o bichinho teria sido influenciado por um maior de idade queria que ele assumisse tudo para não dar nada para ele de novo, pois já havia ficado no presídio e não queria retornar [...]”.

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011

PERGUNTA - *Leu o processo do seu filho(a) Entendeu o que leu, teve acesso, como teve conhecimento do fato?*

QUADRO 06: Fala da Mãe D

“- Eu mesmo tendo acesso ao processo do meu filho não entendo nada, apenas o que o Advogado me instrui como reivindicar os direitos em levar meu filho que já iria fazer maior idade, pois foi transferido do CEA para o CEJ por já está fazendo maior idade”.

“- é um menino bom e honesto, inclusive todos os meses na aposentadoria da avô enquanto estava esses 3 meses na Espanha, ele retirava o dinheiro do INSS e depositava na conta dela todo mês sem faltar nada”.

“- tenho vontade de vender a casa e retirar a família desse ambiente tão violento”. Chorou dizendo: “- Não quero essa vida para meu filho e pretendo tirá-lo das mãos dos bandidos; eu sou da Igreja e tenho pedido a Deus para salvar a vida do meu filho”.

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

Os enunciados deste quadro apresentam semelhanças em relação aos discursos do quadro 04, referente ao assunto do desconhecimento da legislação. Também há coincidência em relação ao posicionamento em defesa do filho, o que fica marcado nos adjetivos “bom e honesto”, revelando a categoria da intencionalidade discursiva. Dois pontos que chamam atenção são os seguintes: a religião como suporte de força e a disponibilidade em se desfazer dos bens materiais para solucionar o problema do filho, o que remete para as condições materiais de existência, que por consequência interferem na produção e formação discursiva.

PERGUNTA – *Na realidade em que trabalha e conforme os casos que presencia você acha que as mães dos menores por terem baixa renda ou falta de informação acabam entregando os direitos de seus filhos nas mãos dos advogados ou elas hoje em dia estão melhor instruídas?*

QUADRO 07: Fala Assistente Social.

Antes, essa avaliação do comportamento do menor, era desenvolvida por um setor do próprio fórum; além de acompanhar o menor, este setor era responsável por fiscalizar e também acompanhar as famílias, logo havia um contato mais direto com as famílias, situação que hoje já não mais existe, pois não cabe mais ao estado fiscalizar e acompanhar o cumprimento ou não das medidas. O referido setor de psicossocial que hoje funciona no fórum, apenas remete os alunos para o CREA – Centro de Referência e eles fiscalizam. A inexistência de um setor de acompanhamento prejudica o andamento do meu trabalho, dos juízes e conseqüentemente na vida do próprio menor infrator; pois muitas vezes a maioria das mães desses menores são omissas na vida social de seus filhos, e quando os mesmos se acham apreendidos, elas acabam

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

No discurso da Assistente Social, nota-se que há uma quebra na interação comunicativa entre o poder judiciário e as famílias dos menores infratores, o que incorre para o bloqueio da transferência da informação numa via socializadora: “Antes, essa avaliação do comportamento do menor, era desenvolvida por um setor do próprio fórum; além de acompanhar o menor, este setor era responsável por fiscalizar e também acompanhar as famílias, logo havia um contato mais direto com as famílias”.

Outro aspecto importante diz respeito à responsabilidade que a assistente social coloca nas mães: “muitas vezes a maioria das mães desses menores são omissas na vida social de seus filhos, e quando os mesmos se acham apreendidos, elas acabam se voltado contra os assistentes e juízes por acharem que é por culpa deles que se dá o atraso no desenvolvimento do processo e conseqüentemente num maior tempo de apreensão de seus filhos”.

Neste momento, fica evidente mais uma vez a racionalidade administrativa, uma vez que é revelado certo preconceito subjacente a este discurso, pois as mães, na maioria de baixa renda, habitam em lugares que favorecem à delinquência e são a parte mais frágil e sujeita a toda sorte de vulnerabilidade social. Logicamente, a culpa da não celeridade nos processos não pode recair sobre a responsabilidade dos profissionais citados pela entrevistada. No entanto, é preciso reconhecer que se não há gestão não há conseqüentemente, uma célere transferência da informação, de forma adequada, democrática e socializadora.

PERGUNTA - *Na sua concepção a tramitação de processos que envolvem menores infratores tem um trâmite difícil, por se tratar de menores?*

QUADRO 08: Fala Funcionário A

Os BO's (Boletins de Ocorrência) chegam ao fórum sem a representação do promotor, e sem ter passado pela Curadoria, esses atos são essenciais para um bom trâmite do processo, sem isso pode ocorrer muitos contratemplos que conseqüentemente acabam por prejudicar esse trâmite eficiente; quando isso acontece, o processo é encaminhado para o juiz sem a decisão da promotoria responsável pelo caso. Isso colabora para que o processo se arraste, e com isso o adolescente permaneça por muito mais tempo, do que deveria recolhido no CEA, onde segundo a lei ele deveria ficar por até 45 dias, internado até que a primeira audiência fosse efetivada, sem tiver decorrido o prazo e a audiência não ter sido realizada, o menor pode ser liberado ou retornar para a internação.

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

Esta fala revela que o agente administrativo tem a plena consciência de que não há o trâmite devido, mas uma burocracia que emperra o processo; e isto confirma a nossa hipótese de que a transferência da informação é prejudicada em virtude de uma falta de gestão da informação no 2º Cartório da Infância e Juventude, do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Fica evidenciada também, neste discurso, a categoria da interação comunicativa, uma vez que o funcionário dialoga de maneira clara e objetiva com o entrevistador, não omitindo em considerar os problemas existentes no seu ambiente de trabalho, o que demonstra uma outra categoria assinalada, que é a da racionalidade comunicativa.

PERGUNTA - *Na sua concepção, a tramitação de processos que envolvem menores infratores tem um tramite que é difícil, por se tratar de menores?*

QUADRO 09: Fala do Juiz.

Juiz: “- O problema é da morosidade da justiça no que se refere aos processos da infância e juventude”.

Juiz responde ao ofício, dizendo que a analista reponde por ela, pois a mesma não teria tempo no momento para ser entrevistada..(explicação do entrevistador)

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

Percebe-se, nestes discursos, um não envolvimento por parte das autoridades judiciárias, uma vez que elas colocam sempre na responsabilidade em outrem o que diz respeito a situação dos menores. Há certo silêncio, um não dito. Enquanto as falas das mães e dos funcionários demonstram certa mobilidade, a fala dos juízes é tão sucinta que revela a produção dos sentidos em torno de uma racionalidade administrativa, própria do mundo sistêmico, inviabilizando possibilidade de transferência da informação de maneira socializadora.

PERGUNTA - *Está participando da nova perspectiva do governo em organização dos documentos, já havia feito algum tipo de curso relacionado a Arquivo?*

QUADRO 10: Fala do Funcionário B

“-Não, entendo o quanto é necessário uma gestão e consequentemente da transferência da informação. Somos nós mesmos que fazemos a própria organização, e quando cheguei para assumir meu cargo na instituição, outras pessoas do Arquivo Geral do Tribunal já estavam organizando realmente o arquivo do setor só que sem a participação dos novos funcionários do cartório, ficando inviável para dar continuidade ao trabalho feito por quase dois anos onde se utiliza uma lógica funcional ou conforme experiências prévias em outras instituições, de acordo com os tramites necessário facilitando o trabalho no cartório”.

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

A fala deste funcionário é bem objetiva. O interlocutor considera importante a necessidade do arquivista, no entanto, afirma que os funcionários que foram designados para essa função fazem seu melhor para facilitar a tramitação da informação. Contudo, o que subjaz a este discurso é aquilo que Lopes discute sobre a realidade dos arquivos brasileiros, sendo comum que os mesmos possuam pessoas atuando como “instrumentos de pesquisa vivos”, ou seja, profissionais que tem de memória as "chaves" de acesso intelectual do arquivo.

PERGUNTA - *Como julga o papel do arquivista (gestores da informação) na organização que cuida de crianças e adolescentes?*

QUADRO 11: Fala do Funcionário C

“-Admito a grande importância do profissional em arquivo, onde poderiam subsidiar no trabalho da organização do arquivo, a cultura organizacional que já existe e não pode ser modificado, cada cartório trabalha em média dessa maneira, mas eles readaptam de maneira a sua realidade na transferência da informação dos documentos, mesmo tendo os estagiários de Arquivo ainda sim não poderiam modificar algo porque não existe alguém para instruí-los”.

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

Os mesmos comentários do quadro anterior podem ser trazidos para o **quadro 10**. Um elemento diferenciador é em relação ao estagiário da área de arquivo. O funcionário admite as limitações da esfera administrativa pública, quando contrata o estagiário, pois não há no ambiente de trabalho alguém que o oriente para que ele possa proceder de forma a provocar uma adequada transferência da informação.

PERGUNTA - A que se deve, segundo o seu ponto de vista, a morosidade na tramitação dos processos judiciais contra menores infratores?

QUADRO 12: Fala da Pedagoga.

“- Por se tratar de adolescentes que precisa de mais atenção no atendimento célere e seus processos, tanto na agilidade do processamento quanto na integridade física e psicológica do adolescente, quando eles ficam apreendidos os objetos apreendidos da delegacia só poderão ser encaminhados para Fórum por fazer parte do processo justamente com os documentos; deveriam ser inclusive digitalizados, para melhor eficiência poderiam acompanhar tudo via net, onde temos já no Sistema do Estado CODATA juntamente com o SISCOB do Tribunal de Justiça.

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

Esta fala revela a necessidade de inovação tecnológica como solução para dar celeridade aos processos jurídicos, não tendo sido mencionado anteriormente por nenhum dos interlocutores entrevistados. Porém, fica clara a racionalidade administrativa, a busca de soluções através do mundo sistêmico. A produtora do discurso que é pedagoga, em nenhum

momento busca uma argumentação pautada em assuntos educacionais, o que seria presumível, posto que a mesma atua diretamente com os menores.

PERGUNTA - Na sua concepção a tramitação de processos que envolvem menores infratores tem um tramite que é difícil, por se tratar de menores?

QUADRO 13: Fala da Psicóloga.

-Precisar-se-ia uma equipe qualificada, políticas públicas, suporte, o governo para se trabalhar a integração dos adolescentes. No Recife há um complexo de sociólogos/ pedagogos / assistentes do município. Municipalização das medidas, função como deve ser cumprida. As informações que estão contidas no processo, em uma audiência tem que ter juiz, promotor, defensor, advogada. Audiência de instrução para se saber, hoje em dia é mais célere, onde pode-se resolver tudo. Deveríamos ter claro que um profissional na área de arquivologia para agilizar os processos seria com extrema importância...”

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

O traço mais importante dessa fala se deve ao fato da entrevistada apresentar uma proposta já existente no Recife, que congrega vários profissionais, utilizando tal exemplo como fortalecimento ideológico para sua argumentação. Na verdade, pelo menos no plano teórico, a interlocução entre os profissionais facilitaria a transferência da informação de maneira socializadora.

PERGUNTA - A que se deve, segundo o seu ponto de vista, a morosidade na tramitação dos processos judiciais contra menores infratores?

QUADRO 14: Fala do Defensor Público.

Levando-se em conta a “sobrecarga” do Poder Judiciário, bem como, do Ministério Público e da Defensoria Pública, órgãos responsáveis diretamente pela instrução dos feitos (processos), posso afirmar que qualquer processo judicial em nosso País tem um trâmite moroso. Certo que em alguns casos a Lei determina uma atenção especial por parte dos operadores do direito, como em processos de réus presos, menores infratores, idosos, etc., todavia, nem sempre se consegue dar a celeridade necessária ao caso. Como já dito, existe um “gargalo” na estrutura destas instituições que atuam diretamente na instrução dos processos. Logo, independente do objeto processual ser “menor infrator” ou não, a tramitação muitas vezes demanda um lapso temporal bastante dilatado. Logo, não podemos culpar o ECA quanto a morosidade da tramitação processual. Se o Estatuto da Criança e do Adolescente, em alguns artigos, dá uma maior proteção ao menor infrator, tal acontece porque se detectou a necessidade; da mesma forma que em outros artigos deste Diploma exige-se o cumprimento de certos prazos. Vislumbra-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente busca dar proteção, ao passo que lança prazos a serem seguidos, tudo para que o processo tenha um trâmite seguro e em tempo hábil.

FONTE: Dados da Pesquisa, 2011.

É preciso, antes de tudo, esclarecer que o defensor público entrevistado não trabalha atualmente no TJ da Paraíba, mas no Estado de Pernambuco. Tal delimitação aconteceu pela impossibilidade de agendarmos uma entrevista com um defensor público do Estado da Paraíba. Entretanto, pela relevância de destacar esta voz, que fala de um lugar autorizado (o poder judiciário), não poderíamos deixar de citar seu discurso.

O defensor público fala da existência de um “gargalo” na estrutura dessas instituições. Este “gargalo” seria a causa da morosidade da justiça não apenas relacionada aos menores infratores. Tal termo nos remete ao estado burocrático, que não avança no trâmite das documentações, impedindo a transferência da informação de forma produtiva.

Fica clara também que seu discurso se enquadra dentro de uma racionalidade administrativa e, portanto, do mundo sistêmico, uma vez que ele afirma que o trâmite de processos de menores deve cumprir “certos prazos”, não verificando a problemática do menor infrator como um caso específico e nem considerando os sujeitos sociais implicados, que na sua maioria são menores e famílias em situação de vulnerabilidade social. Talvez aí se configure uma contradição na situação de produção de seu discurso, pois o defensor público deveria tratar de maneira mais engajada a implementação das políticas públicas referentes à ressocialização do menor infrator.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos como objetivo analisar, através dos discursos dos produtores e consulentes, a transferência da informação, em fase corrente e intermediária dos documentos do 2º Cartório do Fórum da Infância e Juventude, do Tribunal de Justiça da Paraíba. Acreditamos que nosso objetivo foi alcançado, visto que ficou explícito que sem uma gestão adequada, favorecida por uma política pública voltada para os arquivos, surgem diversos problemas no trâmite da transferência da informação.

Ao finalizarmos o trabalho, fica-nos a sensação de que não há culpados, mas todos têm uma parcela de responsabilidade pela não agilidade dos processos. Tal celeridade traria um alento para os consulentes do referido cartório e para os maiores interessados neste assunto que são as mães dos menores e os próprios jovens.

Ficou evidente também que impera dentro das instituições a categoria da racionalidade administrativa, por meio da qual o documento é considerado natural, ou seja, nascido das atividades e das funções da instituição judiciária, seguindo um caminho também natural, não havendo interferências nem determinações histórico-sociais que participam deste processo.

Outro aspecto relevante são as falas dos interlocutores que constroem seus discursos, a partir de um lugar determinado; e suas falas expressam verdades individuais, modificadas pelo discurso do outro. Nas entrevistas, podemos identificar as intencionalidades discursivas de cada sujeito social. Neste sentido, as mães se posicionaram pelo mesmo padrão ideológico, defendendo a inocência incondicional de seus filhos, o que se reflete nas adjetivações em relação às virtudes de seus filhos.

Os funcionários expressaram, na sua maioria, pura e simplesmente como se processa o trâmite burocrático. Só a análise do discurso foi capaz de perceber o que subjaz a esses discursos e, portanto, tornar explícito que não há fluxo de informação adequado e os sujeitos sociais envolvidos na interlocução modificam e interferem neste processo de transferência da informação.

Como alternativa metodológica para que esta situação seja transformada, propomos que as pesquisas com uma visão minimalista sejam multiplicadas e que o profissional arquivista ocupe e desenvolva projetos técnicos adequados a cada situação, posto que não há uma receita pronta. Evidenciamos, portanto, que tudo isso só poderá acontecer se houver decisão política, no sentido de desenvolver políticas públicas endereçadas aos menores infratores e suas famílias.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação e espaços digitais. **Ciência da Informação**, Florianópolis, v.15, n.1, jan./jun. 2003.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga. A construção Social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero**, Brasília, v.2, n.5, out., 2001.
- _____. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.2, p. 155-167, mai./ago. 1999.
- Arquivo Nacional (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública**/ Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- _____. **Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- _____. **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_construo_d_e_arquivos.pdf. Acessado em 19 de junho de 2011.
- BAKHTIN, M. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, Voloshinov. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BRASIL. Arquivo Nacional. **Conselho Nacional de Arquivos: classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo: relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- BRANDÃO, Aline Casimiro. **Racionalidade Instrumental e Racional Comunicativa: Dinâmica da Informação na Formação em Arquivologia**. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2010 (Monografia)
- BROOKES, B.C. **The fte foundation of information, Science. Journaul of Information Science**, v. 2, p 209-221, 1980.
- CÂMARA, Leônio Teixeira. Estatuto da criança e do adolescente: 10 anos – avanços e dificuldades. **Revista do Tribunal**, João Pessoa, v. 8, n. 5, p. 67 – 81, 2000.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. **O conceito de informação. Perspectiva em ciências da informação**.v.12.n.1.p. 148-207, jan/abr, 2007. Disponível em; http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php.pci/article/viewfile/54/47_pdf. Acesso em: 30 de out. 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahard, 2000.

FONSECA, Maria Odila: **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FERREIRA, Josivan Soares. **Gestão documental na Associação das Travestis da Paraíba: o tratamento da informação no terceiro setor**. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2011 (Monografia)

FUJITA, M. S. L. **A leitura do indexador: estudo de observação**. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 1999.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; PINHO, Fabio Assis. **Aspectos Éticos em Organização e Representação do Conhecimento (orc):** uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 25, 1º sem.2008.

JARDIM, José Maria; Fonseca, Maria Odila. **Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estudo da arte**. *DataGramaZero*-Revista de Ciência da Informação- v.5, n.5, 2004.

_____. A invenção da memória nos arquivos públicos, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 01-13, 1995.

RAMOS, Maria Augusta (Direção). **Juízo**. Diler Trindade; Maria Augusta Ramos; Telmo Maia (Produção). [S.l.]: Diler & Associados; Nofoco Filmes, 2007. 1DVD (90 min), son., color.

LARA, Marilda Lopes Ginez.), **a Análise Documentária e a Linguagem Documentária**. *DataGramaZero* - Revista de Ciência da Informação, v.2, n.6, dez. 2001.

_____. **O Processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento**. Belo Horizonte; Perspect. cienc. inf.; v. 7, n. 2, p. 127-139, jul./dez. 2002.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da Informação Arquivística Permanente: A Normalização Descritiva e a ISAD (G)**. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2º ed., Brasília: Projecto Editorial, 2009.

_____. Padrões de assimilação da informação...In:Rodrigues, G.M; LOPES, I.L. Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação. Brasília: Thesaurus, 2003.

GARCIA, Olga Maria Correa; SCHUCH JUNIOR, Vitor Francisco. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. **Revista Informação & Informação**, Londrina, v.7, n.1, p.41-56, jan./jun. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

HAGUETTE. Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HABEMAS, Jurgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOUSA, Francinete Fernandes & SANTOS, Eliete Correia (org.). **A Linguagem e a informação documentária: intermediações possíveis**. Recife: Bagaço, 2011.

ANEXO

Anexo A: Organograma

O Organograma do Fórum foi organizado de acordo com a Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba (LOJE), essa estrutura foi criada em 2003. O setor em destaque é objeto de estudo para fins de conclusão deste relatório de estágio

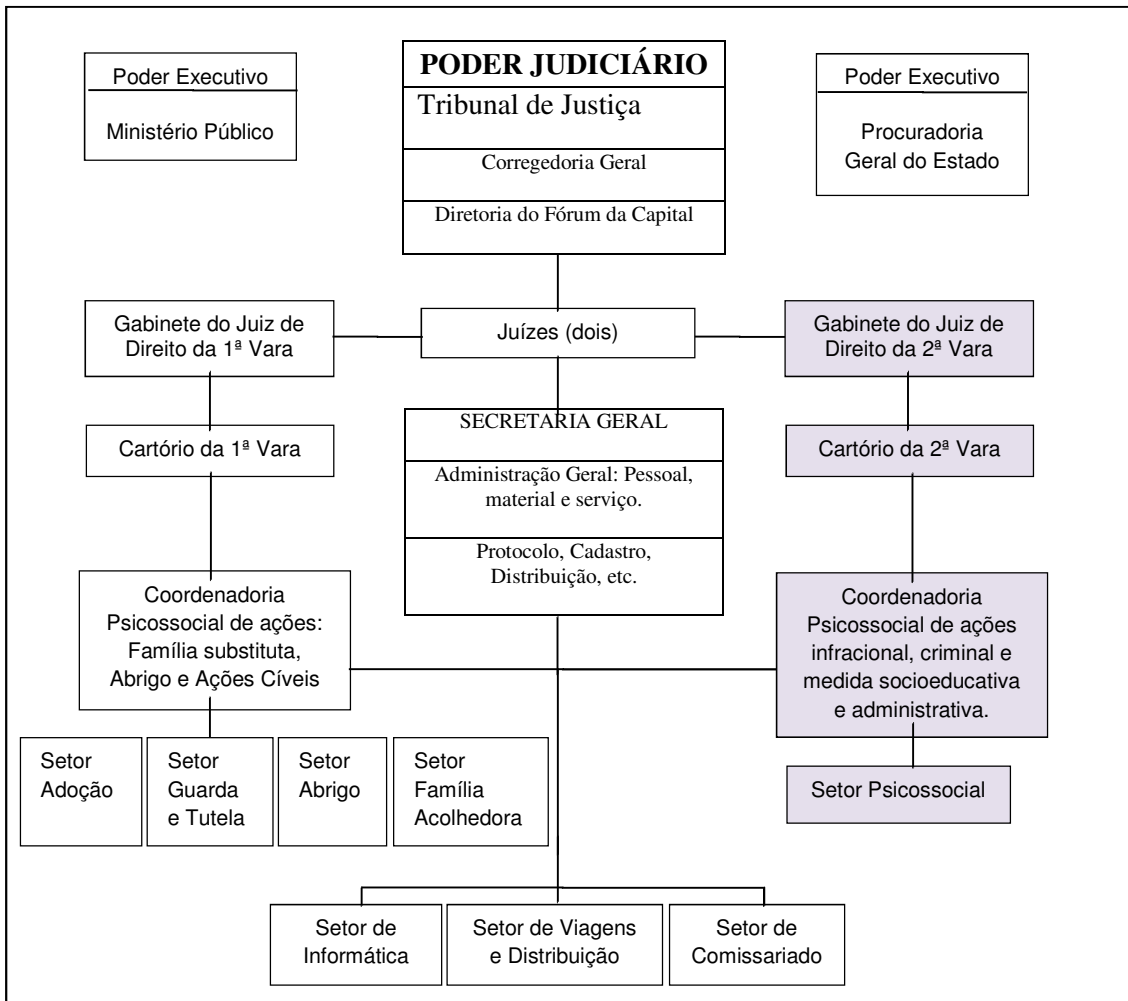


GRÁFICO 3: Organograma do Fórum da Infância e da Juventude da Capital com adaptações.

FONTE: Adaptado de TJPB, disponível em <www.tjpb.jus.br>.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista com 13 entrevistados

1 Na sua concepção a tramitação de processos que envolvem menores infratores tem um trâmite difícil, por se tratar de menores?

2 A que se deve, segundo o seu ponto de vista, a morosidade na tramitação dos processos judiciais contra menores infratores?

3 Você já participou nessa nova perspectiva da organização de documentos lançada pelo o governo que prevê agilização dos processos com geração de documentos e conseqüentemente a transferência da informação?

4 Ao se pensar em tornar os processos virtuais no sistema judiciário, acha que os documentos eletrônicos poderão ser realmente seguros conforme o segredo de justiça, principalmente quando se refere a menores infratores onde deveriam ter atenção especial?

5 Em meio a realidade que trabalha e conforme os casos que presencia, você acha que as mães do menores por terem baixa renda ou falta de informação, acabam entregando os direitos de seus filhos nas mãos dos advogados ou elas, hoje em dia, estão melhor instruídas?

6 Como julga o papel do arquivista (gestores da informação) na organização que cuida de crianças e adolescentes?

7 Se você observasse que a maioria dos processos não tem um tratamento arquivístico adequado, poderia chegar à conclusão de que esta seria uma das causas da deficiência da celeridade dos processos?

8 Leu o processo do seu filho(a) Entendeu o que leu, teve acesso?